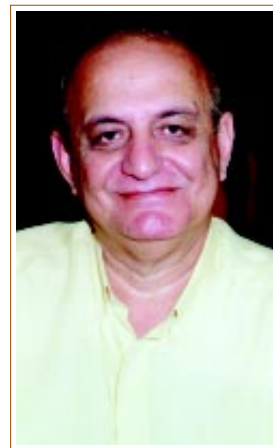


Por que não nos deixam servir à sociedade?

Salim Tuma Haber,
Diretor Tesoureiro do Conselho Federal de Farmácia



Salim Tuma Haber

Não há quem não se impaciente e levante indagações e reflexões sobre alguns pontos nebulosos e intrigantes que cercam os serviços de atenção farmacêutica, dentro e mesmo fora do Governo. Por exemplo: por que os farmacêuticos, que são profissionais de saúde, estão proibidos pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de monitorar a pressão arterial dos seus clientes, dentro das farmácias, que são estabelecimentos de saúde?

A proibição da Agência causa mais perplexidade e levanta uma poeira de confusão, porque, ao tempo em que esse órgão cuida de alijar os farmacêuticos dos seus direitos sagrados de prestar serviços de atenção primária, com foco na prevenção na saúde, o Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Federal de Farmácia, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) - representação da OMS nas Américas - e universidades avançam na execução do complexo Programa de Atenção Farmacêutica em Hipertensão Arterial. Ou seja, parece uma clara contradição. É como se a Anvisa desautorizasse o Ministério ao qual está ligada.

O Programa de Atenção Farmacêutica foi desenvolvido com sacrifícios, tem custos e envolve muitos especialistas. Consiste em qualificar farmacêuticos para que atuem na prevenção da hipertensão, ao balcão das farmácias em que trabalham. Ora, nada mais inteligente que o farmacêutico incorporar esses serviços. A própria OMS prega, pelo mundo, que a prevenção deve ser fortalecida, pois ela é ágil, barata e traz benefícios incontáveis. Além do mais, os serviços médicos, nos países do Terceiro Mundo, são de difícil acesso, enquanto o farmacêutico é o profissional mais acessível e os seus serviços são gratuitos.

Bem, se é assim, por que, então, a Anvisa não quer o farmacêutico monitorando a pressão? Que se sabe, é impraticável executar o programa Atenção Farmacêutica em Hipertensão Arterial, sem avaliar a pressão das pessoas. Ainda não desenvolvemos habilidades metafísicas, mediúnicas, que nos possibilite verificar a pressão do paciente, à distância, e dizer-lhe: “A sua pressão está tanto por tanto”.

Na Europa - e, aqui, aproveito para citar Portugal -, os farmacêuticos fazem um trabalho louvável. Basta dizer que a intervenção dos profissionais portugueses foi responsável por baixar significativamente os níveis negativos de hipertensão arterial, de glicemia e de colesterol da população. Os farmacêuticos lusitanos vivem um momento especial. Eles integram um grande número de programas sociais e de saúde e gozam o respeito e a admiração da sociedade e do governo portugueses, que usufruem dos seus serviços.

Chega a ser vexaminoso ver o farmacêutico brasileiro, ele, que é um profissional de saúde qualificado, proibido de monitorar a pressão, dentro da farmácia, enquanto pelos shoppings e praças, pessoas absolutamente desqualificadas (vendedores de aparelhos, propagandistas) tiram a pressão do incauto transeunte que, desses “tiradores de pressão”, jamais poderão ouvir uma palavra de orientação correta. Em Goiânia, a Justiça teve um entendimento diferente da Anvisa e, hoje, os farmacêuticos podem prestar este serviço de aferição da pressão arterial ao seus clientes. Mas, antes da ação da Justiça, farmacêuticos montavam tendas à calçada de suas farmácias, para, ali, atender a sua clientela. Que vexame, senhoras autoridades! Na farmácia, que é o estabelecimento de saúde, não pode, mas, na rua, sim. O farmacêutico só se submete a um vexame desses, porque ele tem um compromisso com a população.

Mudando de assunto, mas sem sair do tema, em toda a Europa, o estímulo e a luta da Organização Européia de Saúde, órgão da OMS, em favor da atenção farmacêutica e da prática desta modalidade associada à prevenção de saúde, como a própria hipertensão, é algo de se admirar. Isso me faz perguntar: por que, no Brasil, o Conselho Federal de Farmácia e outras entidades da categoria estão tão sozinhos em seus fazeres e lutas, como se fossem batalhas deles e para eles próprios e não para a sociedade?

Queremos a OPAS, a exemplo de sua irmã, a Organização Européia, mais envolvida com a nossa luta. Precisamos de sua força para nos defender junto ao Governo, ao Congresso Nacional. Importa salientar que esse próprio organismo, a OPAS, reconhece os benefícios dos nossos serviços em favor da saúde da população.

Em alguns países vizinhos, os serviços farmacêuticos na área de prevenção, inclusive aqueles cujos projetos contam com o envolvimento da OPAS, conseguem avançar. Por que, no Brasil, muitas de nossas iniciativas do mesmo gênero vão ficando atravancadas, como se contagiadas pela síndrome da descontinuidade?

Levanto essas questões com alguma ponta de desconfiança e preocupação. Os farmacêuticos estão ansiosos. Buscam, sem trégua, o conhecimento e a qualificação soa-lhes como uma palavra de ordem. É uma obsessão. Eles estão numa fase rica de sua história e encontram-se prontos para servir. E mais: os farmacêuticos estão convencidos de sua responsabilidade social e sanitária e querem prestar esses serviços. Alguém, então, sabe responder por que não o deixam servir? Quem souber a resposta, que nos envie pelo e-mail gabinete@cff.org.br